

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.486 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2002

Tebet rejeita prazo menor para as PECs

A tese de reduzir o prazo para tramitação das propostas de emendas constitucionais é rejeitada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Ele diz também que colocará “imediatamente” na pauta a proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) assim que chegar da Câmara dos Deputados. Tebet enfatizou que a tramitação será normal – com prazo mínimo de 45 dias – se não houver acordo unânime das lideranças partidárias para apressar a votação.

PÁGINA 4



A participação do capital estrangeiro na mídia é uma das propostas que o Plenário examina hoje

Plenário examina abertura da mídia a capital estrangeiro

O Plenário do Senado deve votar amanhã a proposta de emenda constitucional que libera, até o limite de 30% das ações, a participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, abrindo também a possibilidade de elas serem administradas por grupos empresariais. A discussão da proposta, em primeiro turno, será concluída hoje. A propriedade dessas empresas é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, o que impõe restrições à sua organização societária e ao acesso a capital estrangeiro.

PÁGINA 3

Bustani explica amanhã seu afastamento da Opaq

PÁGINA 3

Comissão discute compra de alimentos para combate à fome

PÁGINA 7

Aluno da rede pública pode receber ingresso gratuito

PÁGINA 3



Senado mostra bastidores do regime militar

Edison Lobão, Carlos Wilson e Lúcio Alcântara lançaram na Bienal do Livro de São Paulo a obra *A Constituição que Não Foi: A História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Presidente do Conselho Editorial, Alcântara foi homenageado.

PÁGINA 6



Senadores acompanham canonização

O presidente do Senado, Ramez Tebet, confirmou sexta-feira a participação do Senado nas cerimônias de canonização de Madre Paulina (foto), que serão realizadas no Vaticano, no dia 18 de maio. Tebet aceitou convite para integrar a comitiva oficial brasileira, chefiada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma delegação de cinco senadores, aprovada em Plenário, também estará presente.

— Pela primeira vez uma santa brasileira será canonizada, e isso é fato inédito que merece representação do Congresso Nacional, em sinal de respeito à profunda religiosidade do povo brasileiro — afirmou.

O senador garantiu que não se trata de privilegiar uma religião, pois, garantiu, o Senado agiria da mesma forma diante de fato de igual relevância originado por outra confissão que não a católica. A delegação indicada em Plenário será composta pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Geraldo Althoff (PFL-SC), Ari Stadler (PPB-SC), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Amir Lando (PMDB-RO).

Congresso cumpre suas atribuições, diz Mozarildo

Senador faz análise da atuação das duas Casas legislativas e conclui que, mesmo nos momentos de crise, o saldo é positivo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou sexta-feira em Plenário que, apesar de vir cumprindo as suas funções com responsabilidade e dedicação, o Congresso Nacional não esteja recebendo da mídia e de outros formadores de opinião o devido reconhecimento. “Evidentemente, devemos admitir que muitas dessas críticas são pertinentes, mas a maioria é muito severa, quando insinua que deputados e senadores são os maiores responsáveis pelos desvios que lamentavelmente estão presentes no cotidiano de nossa sociedade”, assinalou.

Para o senador, o Congresso teve atuação exemplar desde 1997, graças ao esforço e ao trabalho dos parlamentares, que discutiram, debateram, votaram



Mozarildo quer ver reconhecida a atuação do Congresso Nacional

e aprovaram matérias importantes para facilitar as ações do Estado e a vida dos brasileiros. Ele chamou a atenção para os dados do primeiro semestre de 1999, quando, apesar do funcionamento das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, a Câmara dos Deputados apreciou 284 matérias em 124 sessões e realizou 478 reuniões nas 27 comissões, en-

quanto o Senado aprovou 619 matérias em 182 sessões.

Entre 1997 e 2000, continuou, o Senado apreciou 2.321 matérias em 768 sessões realizadas. No balanço de 2000, além do processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão, foi aprovada a emenda constitucional que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. No campo econômico, Mozarildo destacou a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e de projetos direcionados ao combate à sonegação fiscal. Em 2001, o Senado examinou 996 matérias e aprovou 902 em 193 sessões, informou o senador.

Para ele, a atuação do Congresso como elo entre a sociedade e o Estado é fundamental para que o país supere suas graves deficiências e alcance um novo patamar de sua história política.

Para Jucá, quebra do monopólio da Petrobras melhorou finanças do país

Em concordância com o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o país saiu ganhando com o fim do monopólio da Petrobras. Além do significativo aumento da produção nacional de petróleo, Jucá ressaltou que a mudança na estratégia de desenvolvimento do setor também resultou em melhoria das finanças públicas, decorrente “em grande parte de uma atuação mais destacada e eficiente da Agência Nacional de Petróleo”.

Os investimentos na área de exploração e produção para este

ano totalizam US\$ 4,3 bilhões, observou o senador, o que contribuirá para que o país atinja a marca de 1,9 milhão de barris de petróleo por dia em 2005, tornando o Brasil auto-suficiente.

O aumento da produção implicou aumento das receitas de estados e municípios, que recebem royalties pela exploração de petróleo em seus territórios, assinalou Jucá. Em 1994, de acordo com Jucá, os pagamentos de royalties sobre a produção de petróleo e gás natural totalizaram R\$ 34 milhões para os estados e R\$ 29 milhões para os municípios. Em 2000, esses valores foram de R\$ 623 milhões para os estados e R\$ 622

milhões para os municípios, “o que significa um crescimento de 1.854% da soma desses dois itens, no curto período de seis anos”.

— A introdução de novas tecnologias, que permitem extração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, certamente contribuiu para a melhoria da eficiência do setor, com destaque para a Petrobras — analisou.

Jucá também elogiou a publicação do *Guia dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural* pela ANP, que apresenta a metodologia adotada no cálculo e distribuição dos royalties pagos pelas produtoras de petróleo aos governos estaduais e municipais e à União.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); entre outros.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); PLC que institui o Cadastro Nacional de Moradia; Parecer sobre a Indicação nº 1/02, do senador Bernardo Cabral, que sugere seja denominada “Senador Josaphat Marinho” a sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimentos nºs: 156/02, do senador Geraldo Melo e outros, solicitando que o PLC nº 6/02, que altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529/92 (dispõe sobre a complementação da aposentadoria do pessoal do extinto Departamento de Correios e Telégrafos — DCT), seja submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 163/02, da senadora Heloisa Helena, solicitando que sobre os Projetos nºs 664 e 688, de 1999, que tramitam em conjunto, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; entre outros.

Quinta-feira

10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: projeto que torna obrigatória a vinda ao Senado do presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária; entre outros.

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: projeto que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); entre outros.

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: audiência pública com a presença do embaixador José Maurício Bustani, ex-diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq), para debater e esclarecer sobre as tentativas feitas para seu afastamento do cargo; e PDL nº 219/01, que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente peruano Alberto Fujimori pelo governo brasileiro.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado examina capital estrangeiro na mídia

Discussão deve terminar hoje e votação pode ocorrer amanhã, quando o Plenário também vai deliberar sobre a PEC que assegura aos partidos autonomia para definir os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais

Alcântara apóia reivindicações do Fórum dos Festivais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), defendeu as reivindicações do Fórum dos Festivais de Cinema, apresentadas no início deste mês, em reunião na comissão. Durante a sessão, representantes da entidade solicitaram maior atenção dos governantes, da classe política e de outros setores da sociedade para a eficácia dos festivais na promoção e no fortalecimento da produção audiovisual.

O Fórum dos Festivais, informou o senador, reúne os principais eventos audiovisuais do país, garantindo, todos os anos, a exibição de filmes brasileiros de curta, média e longa metragem, além de vídeos, documentários e outras produções para mais de um milhão de espectadores. Também tem sido responsável, acrescentou Lúcio Alcântara, pela ampliação do espaço para os filmes brasileiros no mercado internacional, com a promoção de festivais nos Estados Unidos e na Europa.

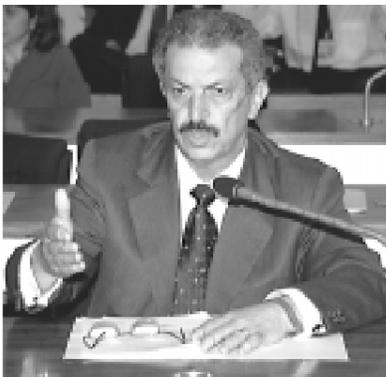
Os participantes da reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, entre eles o presidente do Fórum dos Festivais, Antônio Leal, argumentaram, segundo Alcântara, que, embora o cinema nacional tenha sido contemplado com diversas ações governamentais, a entidade tem ficado à margem dessas políticas. Eles ressaltaram que numerosos filmes de longa metragem e mais de cem obras de curta ou média duração, produzidos todos os anos no país, não são apresentados ao público, a não ser em festivais.

Lúcio Alcântara ressaltou o papel democratizador do fórum, ao levar o cinema nacional a um público que, de outra forma, não teria acesso a essas produções. Além disso, acrescentou, filmes nacionais que não foram lançados comercialmente têm a chance de ser premiados e aplaudidos por milhares de pessoas nos festivais.

O Senado concluiu hoje a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que libera, até o limite de 30% das ações, a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, abrindo ainda a possibilidade de elas serem administradas por grupos empresariais. A votação está prevista para a sessão deliberativa de amanhã.

Na sexta-feira, foi realizada a quarta sessão de discussão da proposta, que tem como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP). O texto permite que pessoas jurídicas se tornem proprietárias de empresas jornalísticas e de emissoras de rádio e televisão. Atualmente, a propriedade dessas empresas é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, o que impõe restrições à sua organização societária e ao acesso a capital estrangeiro.

A proposta determina, porém,



Romeu Tuma é relator da PEC que admite capital estrangeiro na mídia

que pelo menos 70% do capital dessas empresas terão que pertencer a brasileiros natos ou naturalizados. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação a ser veiculada deverão permanecer sob o comando de brasileiros.

Também amanhã, o Plenário vota, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que assegura aos partidos autonomia para definir os critérios de

escolha e o regime de suas coligações eleitorais em nível nacional, estadual ou municipal, sem obrigá-los a vincular-se com as mesmas legendas do plano federal ao municipal.

O texto contraria a interpretação pela qual o Tribunal Superior Eleitoral determinou que as coligações partidárias para eleições nos municípios têm que ser as mesmas realizadas no âmbito da eleição presidencial. Cabral justificou sua iniciativa dizendo ser um equívoco supor que o legislador constituinte determinou a verticalização compulsória das coligações em cada evento eleitoral, como interpretou o tribunal.

No mesmo dia, o Senado vota projeto instituindo o Cadastro Nacional de Moradia. Nele serão registrados os nomes de todas as pessoas físicas beneficiadas com doações ou financiamentos destinados à habitação oriundos de recursos públicos. O texto estabelece que as pessoas físicas não podem ser beneficiadas mais de uma vez com recursos desse tipo.

CRE ouve Bustani sobre afastamento da Opaq

O ex-diretor-geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), José Maurício Bustani, comparece amanhã, às 17h30, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre as pressões dos

Estados Unidos que resultaram no seu afastamento no dia 22 de abril. O requerimento para a convocação de Bustani é de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Logo após a audiência, os sena-

dores votam projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori. O parecer é favorável.

Crise entre EUA e Iraque gerou pressões contra embaixador

A Organização para a Proscrição das Armas Químicas (Opaq) é um organismo internacional destinado a evitar a proliferação de armas de destruição em massa. Nela, os países mais poderosos militarmente têm os mesmos direitos e obrigações que os menos poderosos, pelo menos teoricamente. Mas o episódio da destituição do embaixador brasileiro José Maurício Bustani, aprovada com apenas sete votos contrários, indica que não é exatamente assim.

A alegação formal do governo norte-americano para pedir o afastamento de Bustani é incompetência. O diplomata brasileiro, que reduziu em 15% a quantidade de armas químicas no mundo, foi eleito em 1997 e reeleito em 2000, por aclamação — portanto, com o voto dos EUA. Além disso, ele aumentou de 87 para 145 o número de membros

da organização. Enquanto foi dirigida por Bustani, a Opaq realizou cerca de 1.100 inspeções em mais de 50 países, inclusive o Brasil.

No centro do embate entre a Opaq e Washington está o presidente do Iraque, Saddam Hussein, que, segundo os americanos, disporia de armas químicas e estaria pronto a cedê-las a grupos terroristas. Esse fato justificaria um possível ataque militar ao Iraque.

Bustani tentava concretizar a adesão iraquiana à Opaq, o que sujeitaria o Iraque a inspeções regulares e de surpresa, solicitadas por qualquer país, quando houvesse suspeita de violação das convenções contra



José Maurício Bustani, afastado da Opaq, falará amanhã na CRE

armas químicas, criando dificuldades ao presidente norte-americano para justificar uma operação militar contra Bagdá. Os EUA pressionavam Saddam a aceitar inspeções da Uscom — comissão criada após a Guerra do Golfo, por iniciativa americana.

Na tentativa de destituir Bustani, o governo americano teria procurado obter o apoio do Brasil, sugerindo que o governo brasileiro o convencesse a renunciar. Consumada a saída do diretor brasileiro, a nova embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, disse que o episódio não provocará desgaste na relação entre seu país e o Brasil.



Marina deu parecer favorável ao projeto de Alcântara que beneficia alunos da rede pública

Estudantes podem ganhar ingressos para espetáculos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar pauta de 24 itens. Um deles é o parecer da senadora Marina Silva (PT-AC), favorável ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dá prioridade aos alunos da rede pública para o recebimento de ingressos gratuitos de espetáculos e exposições culturais e artísticas promovidos com recursos captados por meio da Lei Rouanet.

Outro item incluído na pauta da CE é o parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que disciplina a exibição de diversões e espetáculos públicos. A portaria do Ministério da Justiça que regula o assunto teve seus efeitos suspensos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio de liminar concedida à Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert). O STJ argumentou que a portaria não poderia ter efeito coativo, mas apenas indicativo, pois, de acordo com a Constituição, cabe a lei federal regular a matéria. A decisão do STJ motivou João Alberto a apresentar o projeto.

A CE deverá analisar ainda parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR) ao projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que regulamenta o exercício da profissão de turismólogo. "O reconhecimento dessa categoria significará grande avanço para o turismo e reverterá em benefício para um setor que gera empregos, traz divisas para o país e promove o desenvolvimento e o progresso para um número expressivo de cidades brasileiras", opinou o relator da matéria.

Tebet é contra prazo menor para a tramitação de PEC

Para o presidente do Senado, é inconveniente e inócua tese levantada por setores do governo preocupados com a aprovação da CPMF

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou-se na sexta-feira contra a tese de reduzir o prazo de tramitação das propostas de emenda constitucional, levantada por setores do governo preocupados com a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF).

— É inconveniente alterar a Constituição por um problema momentâneo. Ao mesmo tempo, a proposta é inócua, porque antes de ser aprovada a CPMF já terá passado. Acho que não se deve ficar mexendo



Tebet disse que colocará CPMF imediatamente na pauta, assim que a matéria chegar da Câmara

na lei a cada vez que se tiver um problema — disse.

Tebet garantiu que colocará a emenda da CPMF na pauta “imediatamente”, assim que chegar da Câ-

mara, e enfatizou que a tramitação será normal — com prazo mínimo de 45 dias —, a não ser que seja realizado acordo de lideranças que alcance a unanimidade dos partidos representados na Casa.

O senador não quis comentar a possibilidade de aumento para os integrantes do Judiciário, porque, segundo disse, não seria ético antecipar opinião sobre iniciativa que sequer foi tomada por outro Poder. Mas garantiu que no Congresso não existe qualquer movimentação visando aumento dos proventos dos parlamentares ou do presidente da República, e ponderou que o assunto “teria que ser analisado cautelosamente, dentro do contexto econômico interno e externo”.

Fotos: Jone de Araújo

Presidente do Senado destaca aprovação de projetos de interesse social e humanitário

A semana que passou foi uma das mais produtivas para o Senado, afirmou o presidente do Casa, senador Ramez Tebet, ao reportar-se à votação de quatorze medidas provisórias, inclusive a que trata das dívidas de médios e pequenos agricultores. Ele ressaltou o papel dos senadores na adoção de projetos do interesse de grande parte dos brasileiros, como a alteração das tabelas do Imposto de Renda.

— Tanto se fala em reforma tributária no país, e essa medida, que vai beneficiar os contribuintes, es-

pecialmente a classe média, surgiu aqui no Senado, de um projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES). A proposta passou na Câmara, foi vetada pelo Executivo, mas o Congresso não aceitou e manteve sua posição. É exemplo de um ganho para a população que vem do trabalho realizado pelo Congresso Nacional — declarou.

Tebet destacou ainda a aprovação pela Casa de projetos “de conteúdo humanitário”, como o que prevê o afastamento do lar dos responsáveis por violência

doméstica, e o que dá à mãe adotiva os mesmos direitos da mãe natural. O presidente do Senado referiu-se ainda à votação de créditos e empréstimos que incidirão positivamente sobre a qualidade de vida da população.

— O Senado está com a pauta em dia, e a desobstrução vai permitir a votação de matérias importantes, como a emenda constitucional da CPMF, propostas sobre segurança pública que permitirão reduzir a violência no país, e projetos de conteúdo social — concluiu.

Heloísa pede à Câmara que mantenha emenda

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou à Câmara dos Deputados, na sexta-feira, para que mantenha as mudanças feitas na medida provisória (MP) que garante maior prazo para que os pequenos agricultores paguem suas dívidas. A MP foi aprovada na quarta-feira, tendo o relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), acolhido emenda de Heloísa Helena que incluiu entre os beneficiados pela renegociação os que devem até R\$ 35 mil (valor da época da tomada do empréstimo).

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que a medida provisória com a emenda de Heloísa He-



Mudança proposta por Heloísa Helena beneficia tomadores de empréstimo no Procerá e Pronaf

lena foi aprovada pela quase totalidade do Senado, e disse que faz votos para que a Câmara dos Deputados seja sensível aos problemas do setor que mais sofre no país, o dos pequenos produtores rurais. A emenda inclui

entre os beneficiados pela renegociação os tomadores de empréstimo do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procerá) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Heloísa disse também esperar a boa vontade do governo, que, em sua opinião, nunca teve uma política agrícola e sempre ignorou as dificuldades dos pequenos produtores. A senadora acrescentou que o sacrifício dos produtores agravou-se com a abertura indiscriminada do mercado brasileiro a produtos estrangeiros altamente beneficiados por subsídios em seus países de origem.

Francelino quer redistribuir a arrecadação com a CPMF

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou na sexta-feira, em discurso, que pretende sugerir mudança à proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com a finalidade de redistribuir a sua arrecadação entre a União, os estados e os municípios. Atualmente, a receita da contribuição vai toda para programas de saúde e previdência da União.

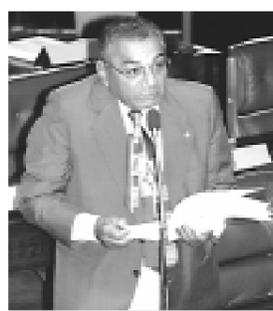
Para ele, é justo redistribuir o dinheiro com os estados e municípios, medida que contribuirá para revigorar o federalismo brasileiro. Assim, da atual alíquota de 0,38% sobre movimentação bancária, ele quer destinar 0,10% ao custeio da Previdência Social e redistribuir os outros 0,28% entre União, estados e municípios.

Da arrecadação da alíquota de 0,28%, a União ficaria com 56% do dinheiro, o qual seria aplicado em saúde (40%) e nos programas do Fundo de Combate à Pobreza (16%). Do restante, 21,5% seriam repassados aos estados e ao Distrito Federal e 22,5% aos municípios, os quais seriam obrigados a gastar suas parcelas em programas de saúde e de redução da pobreza.

Conforme Francelino Pereira, a redistribuição dos recursos da CPMF permitirá corrigir a excessiva concentração de dinheiro de tributos nas mãos do governo federal. O senador disse que os impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados são divididos com estados e municípios, mas as contribuições ficam integralmente nas mãos da União.

Semana foi marcada por muita atividade no Plenário

Os trabalhos do Senado na última semana foram marcados por muita atividade no Plenário, destacando-se a aprovação de 14 medidas provisórias (MPs), 13 delas na terça-feira. A votação impediu o bloqueio da pauta de votações,



MP da dívida rural foi acolhida com mudanças propostas por Jonas Pinheiro

como determina a nova forma de tramitação das MPs. Ao todo, foram 43 deliberações, incluindo a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) em primeiro turno. Outras duas PECs foram discutidas.

A MP que repactua as dívidas dos pequenos produtores foi aprovada sob a forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado pelo relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). A redação final do projeto foi negociada com o Poder Executivo ainda na manhã da quarta-feira. Como o texto aprovado pelo Senado alterou a decisão dos deputados, a matéria volta à Câmara.

Entre as outras MPs, o Plenário aprovou a que reajustou as tabelas de deduções do Impos-

to de Renda da Pessoa Física (IRPF). Os senadores aprovaram o PLV oriundo da Câmara, que alterou a MP original, retirando o aumento de imposto para profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço. A MP foi

editada pelo governo depois do veto presidencial a proposta do senador Paulo Hartung (PSB-ES). O PLV vai agora à sanção presidencial.

Outras MPs aprovadas são a que permite a pessoas físicas e jurídicas isentas do Imposto de Renda pagarem 10% de alíquota sobre os ganhos líquidos com ações; a que concede subsídios para baratear os preços dos botijões de gás; a que criou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica; e a que destinou R\$ 13 milhões para ações emergenciais de defesa civil em dez municípios da Baixada Fluminense e da região serrana do estado do Rio de Janeiro.

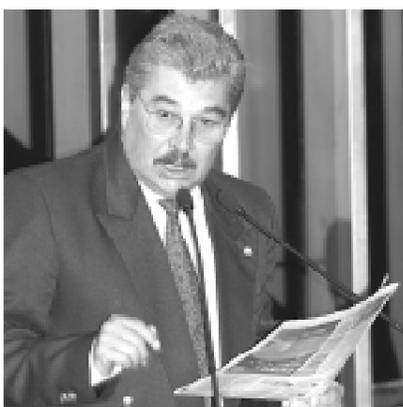
Foi aprovada em segundo turno a PEC que permite às guardas municipais exercerem ações de policiamento ostensivo e preventivo.

Patrocínio elogia criação da Universidade do Legislativo

Projeto vai oferecer cursos flexíveis e dinâmicos, inclusive a distância, e promover pesquisas, debates e publicações, na avaliação do senador

A criação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) deverá proporcionar cursos flexíveis e dinâmicos, oferecidos na forma presencial ou na modalidade de educação a distância. Foi o que afirmou o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), em discurso na sessão plenária de sexta-feira. Além de diversos cursos, acrescentou, a universidade promoverá pesquisas, ciclos de conferências, debates, seminários e publicações.

Carlos Patrocínio observou que a criação da Universidade do Legislativo não vai gerar aumento de despesas, como contratação de pessoal ou compra de equipamentos, pois funcionará nas dependências do Senado e aproveitará



Unilegis não cria despesas e aproveita servidores do Senado, diz Patrocínio

servidores da Casa, que irão cuidar das atividades acadêmicas da instituição. "Portanto, nada de empreguismo ou gastos extras com a Unilegis", ressaltou.

— Quando ocupei a segunda-secretaria da Comissão Diretora,

abracei a causa da Unilegis movido pela convicção de estar diante de um projeto arrojado, capaz de contribuir para o aprimoramento dos trabalhos legislativos e de ampliar as possibilidades de acesso à educação superior a milhares de brasileiros que, de uma forma ou de outra, dela se vêem afastados — afirmou Patrocínio, que enalteceu a firme decisão do presidente do Senado, Ramez Tebet, de implantar a universidade.

Com estrutura leve, conduzida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), supervisionada por Conselho Superior e movida por Conselho Acadêmico, a Unilegis, segundo Patrocínio, haverá de constituir-se, em breve espaço de tempo, "em um fórum privilegiado de estudos no qual o ensino, a pesquisa e a extensão caminharão juntos".

Machado defende modelo de "escola para a vida"

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) defendeu a adoção de um modelo de escola que seja eficiente para preparar seres sociais conscientes, capazes de viver em liberdade, adequadamente inseridos em suas comunidades e perfeitamente integrados ao trabalho.

— O que costumo chamar de "escola para a vida" tem que ser um instrumento de liberação, que estimule a criatividade; que, para além de alfabetizar, informar, treinar e motivar, gere cidadãos trabalhadores e empreendedores.

Sérgio Machado ressaltou que a história mostra que os maiores surtos desenvolvimentistas e os grandes fenômenos conhecidos como milagres econômicos necessariamente passaram pelo processo de sensibilização, consci-

entização e educação do povo, especialmente dos jovens.

O senador lembrou que quase um quarto da população brasileira está na faixa etária de 14 a 25 anos, que responde por mais de 20% dos ocupantes dos postos de trabalho em todo o país. Ele salientou que, de acordo com a análise do perfil demográfico do Brasil, até o ano de 2005 o país deverá continuar a ter mais jovens do que crianças.

A maioria dos jovens, afirmou, abandona os estudos precocemente para ingressar no mercado de trabalho, formal ou informal, geralmente em subempregos em condições indignas, de flagrante exploração, em idades inferiores àquela permitida pela Constituição. Segundo o IBGE, conti-



Sérgio Machado: surtos de desenvolvimento passam pela educação dos jovens

nuou o senador, aproximadamente 80% dos jovens residem em áreas urbanas, e dados do Ministério da Justiça demonstram que quase dois terços dos presidiários brasileiros têm de 18 a 25 anos.

Para Sérgio Machado, esses indicadores levam à reflexão sobre as perspectivas de curto prazo para a implantação de um modelo educacional e de uma política de emprego que possam conferir eficácia a um processo seguro de redenção do jovem brasileiro.

Eduardo prevê extinção do analfabetismo entre jovens

Até o final desta década, o analfabetismo entre os jovens estará eliminado no Brasil caso os programas do Ministério da Educação tenham continuidade, afirmou em discurso o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Ele informou que, desde 1998, mais de 3 milhões de jovens e adultos aprenderam a ler e a escrever com o Programa de Alfabetização Solidária, que mantém o projeto Adote um Aluno.

Eduardo Siqueira Campos sustentou que só programas de longo prazo e que propiciem a universalização do ensino fundamental apresentam resultados efetivos e duradouros na alfabetização. Assim, os programas do Ministério da Educação conseguiram levar para as salas de aula 97% das crianças do país.

Ao lado disso, o programa Alfabetização Solidária concentrou sua atuação em 1.578 municípios onde há maior percentual de jovens e adultos analfabetos, conforme o senador. O Censo Escolar de 2001 constatou crescimen-



Eduardo Siqueira Campos: mais de 3 milhões de jovens e adultos aprenderam a ler desde 1998

to de 12% nas matrículas de jovens e adultos, o que significa 400 mil novas pessoas nas salas de aula. Apesar disso, reconhece Eduardo Siqueira Campos, 15 milhões de brasileiros ainda não sabem ler e escrever.

— Alfabetização é um destes temas que costumam nos deixar embaraçados, principalmente porque a maioria dos países desenvolvidos resolveu o assunto no início do século passado. Com o Alfabetização Solidária, o Brasil finalmente caminha para solucionar o problema do analfabetismo.

Tocantins promove restauração de acervo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou as realizações do Projeto Monumenta, uma parceria entre o governo federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a preservação e a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. A inclusão do acervo patrimonial do Tocantins entre os beneficiários da iniciativa foi destacada pelo senador.

Segundo Eduardo, o convênio vai possibilitar a restauração de casarões e igrejas dos séculos 18 e 19, assim como a recuperação de praças e ruas do município de Natividade. Antiga capital da Junta Provisória da Província de Palmas, entre os anos de 1822 e 1824, Natividade teria sido incluída entre as 19 cidades brasileiras contempladas pelo Projeto Monumenta em

razão de seu "precioso acervo histórico e arquitetônico".

"Felicitoo Ministério da Cultura e o BID por essa importante iniciativa", declarou, estendendo os cumprimentos à Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins. Dos R\$ 5 milhões a serem aplicados na restauração do patrimônio histórico e artístico tocantinense, o governo estadual vai participar com 30% do investimento total, informou o senador.

Iniciado em 1999, o Projeto Monumenta deve investir US\$ 200 milhões no desenvolvimento de ações de preservação, valorização e auto-sustentação de conjuntos de patrimônio urbano. Entre as cidades brasileiras beneficiadas, Eduardo citou Ouro Preto (MG), Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE), Salvador (BA) e São Luís (MA).

Moreira quer regular profissão de técnico em radiologia

Projeto de lei apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) propõe regulamentar o exercício da profissão de técnico em radiologia. De acordo com o projeto, para o exercício da profissão são exigidos o certificado de conclusão do ensino médio e o diploma de técnico em radiologia, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino credenciada. O senador considera que cabe aos ór-

gãos educacionais relativos à profissão fixar o prazo de duração do curso de formação específico. O projeto tem a finalidade de eliminar conflito identificado entre a redação vigente em lei de 1985, que prevê três anos para a organização curricular na formação profissionalizante, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que não está centrada em componentes curriculares preestabelecidos

e anos de escolaridade fixos, mas em organização curricular que propicie competências profissionais por meio de horas/aula e trabalho prático.

A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que ela seja votada em Plenário.



Projeto de Moreira Mendes está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais

Alcântara é homenageado na Bienal do Livro de SP

Presidente do Conselho Editorial recebeu de Carlos Wilson placa em reconhecimento ao esforço pela participação do Senado em eventos literários

O presidente do Conselho Editorial do Senado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), recebeu na sexta-feira, no estande do Senado na 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, uma placa do primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), em agradecimento ao seu esforço pela participação da Casa e seus órgãos em eventos literários no país.

— Gostaria de dividir essa honraria com todos os integrantes do Conselho Editorial, que trabalham sem receber nenhuma gratificação por isso, e com os funcionários da Biblioteca do Senado e da gráfica. Assim, o Senado pode oferecer à sociedade brasileira obras que ajudam na compreensão do Brasil e da evolução da sociedade brasileira — afirmou Alcântara.

Segundo o senador, o trabalho à frente do Conselho Editorial só tem sido possível “graças ao apoio incondicional” das Mesas do Senado Federal nos últimos anos, especialmente do senador José Sarney (PMDB-AP), criador

do conselho. Alcântara também distinguiu o estímulo dado por Carlos Wilson que ajudou a fortalecer a atuação do órgão.

— O Lúcio é o tipo da pessoa que é uma unanimidade na Casa. É um intelectual e, sobretudo, um parlamentar que honra a instituição.

Quando ele está sendo homenageado, quando se mostra o quilate de um parlamentar como Lúcio Alcântara, na realidade, está sendo homenageado todo o Parlamento — afirmou Carlos Wilson.

Alcântara está à frente do Conselho Editorial desde a sua criação, em janeiro de 1997, quando começou a promover a publicação de clássicos das letras nacionais, importantes para o pensamento brasileiro — obras e autores como Capistrano de



Lúcio Alcântara disse que sua atuação à frente do conselho sempre contou com o apoio da Mesa do Senado

Abreu, Gilberto Amado, Euclides da Cunha, Pandiá Calógeras, Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros.

O período em que o senador comanda o Conselho Editorial coincide com o de funcionamento da Comissão de Feiras de Livros, que organiza a participação do Senado Federal em eventos da área literária. Além de São Paulo, a Casa estará representada em eventos realizados em cinco cidades em 2002.

Livro lançado na feira revela fatos inéditos dos primeiros anos do regime militar de 64

O primeiro vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), e o presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lançaram na sexta-feira o livro *A Constituição que Não Foi: A História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. A cerimônia ocorreu no estande da Casa na 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

A obra reúne documentos inéditos que revelam fatos ocorridos no início do regime militar, trazendo a público as atas da Comissão de Alto Nível nomeada pelo então presidente Costa e Silva para reformar a Constituição de 1967. O livro reproduz as discussões da comissão e traz a proposta de emenda à Constituição assinada pelos integrantes da comissão de notáveis e um quadro comparati-

vo entre a proposta enviada ao Congresso e o que foi definitivamente aprovado como a Emenda nº 1 de 1969.

— A Emenda Constitucional nº 1 foi editada pela Junta Militar de maneira deformada. As notas taquigráficas foram mantidas em sigilo e não eram conhecidas até este momento. Cada um dava a sua verdade. Agora não temos mais versões, mas sim os fatos, que podem recolocar a história nos seus devidos termos — afirmou Lobão.

O livro tem apresentação do primeiro-vice-presidente do Senado e traz uma introdução escrita pelo padre José Carlos Aleixo, filho do então vice-presidente da República, Pedro Aleixo. A obra contém ainda texto dos consultores do Senado Caetano Araújo e Eliane Cruxen, que contextualiza o momento histórico e político que o país atravessava.

— O livro vai causar grande impacto, pois não se sabem todos os detalhes do que ocorreu naquela comissão, criada para dotar o país de uma Constituição que pudesse redemocratizar o país. Sempre houve grande especulação a respeito da comissão e da participação das personalidades que integravam a comissão — ponderou Lúcio Alcântara.

Para o senador Carlos Wilson, a publicação é mais uma contribuição do Senado à história do país, por meio da gráfica e da Biblioteca Luiz Viana Filho, que, na sua opinião, se firmam como grandes patrimônios da população brasileira.

O jornalista Carlos Chagas, o presidente da Associação Brasileira da Imprensa Oficial, Sérgio Kobayashi, padre Aleixo e o vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, Joaquim Campelo, também participaram do lançamento.

CD-ROM do Senado contém legislação de 1980 a 2001

Para lançamento na 17ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, a Biblioteca Luiz Viana Filho do Senado preparou edição especial em CD-ROM da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), que reúne referências bibliográficas na área de 1980 a 2001. Praticamente toda a produção de leis, pareceres jurídicos, artigos e outros textos afins do período estão registrados na publicação, que contém cerca de 71 mil documentos.

O levantamento desses 21 anos de produção doutrinária brasileira reúne referências de livros e artigos de revistas especializadas e de jornais. As informações podem ser pesquisadas por autor, título e assunto.

— O Senado, através da sua biblioteca, da Secretaria de Informação e Documentação e do Prodasen, pretende usar as novas tecnologias de armazenamento de informações para tornar disponível

um meio moderno e eficaz de consulta às informações jurídico-legislativas nacionais, indubitavelmente de grande interesse para a sociedade e para o Parlamento — afirma a diretora Simone Bastos Vieira.

A Biblioteca Luiz Viana Filho assumiu em 1986 a responsabilidade pelo controle bibliográfico e pela edição regular da BBD, realizados até 1981 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Segundo a diretora, a atualização da BBD só é possível graças ao suporte técnico do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e ao material bibliográfico existente nas duas bases de dados gerenciadas pela Biblioteca do Senado, composto de monografias e periódicos dos acervos das 15 instituições que compõem a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

BALANÇO

ICMS sobre energia foi um dos destaques nas comissões

Entre as matérias apreciadas pelas comissões do Senado na semana passada destaca-se a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que deixa mais clara a base de cálculo



Roberto Requião propõe proibição de bingos, já aprovada pela CCI

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre energia elétrica. A proposta esclarece que a alíquota interestadual do ICMS sobre energia destina-se ao estado consumidor e não ao produtor.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma das principais matérias aprovadas foi o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que modifica a legislação sobre desportos para proibir o funcionamento das casas de bingo no Brasil. Atualmente, a lei permite os jogos de bingo, liberando a clubes e federações a exploração desse tipo de jogo para angariar recursos destinados ao desenvolvimento dos esportes que promovem.

A Comissão de Relações Exteri-

ores e Defesa Nacional analisou carta da esposa do senador colombiano Luís Eladio Pérez Bonilla na qual ela solicita um pronunciamento pela libertação das autoridades seqüestradas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), propôs a redação de um documento expressando o repúdio do Senado às práticas violentas das Farc, do governo e dos grupos paramilitares de direita da Colômbia. A minuta do documento deverá ser apreciada amanhã.

Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou as indicações do engenheiro Luiz Guilherme Schymura de Oliveira para presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de Luiz Francisco Silva Marcos para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). A Comissão de Educação (CE) realizou o simpósio “Educação Infantil: Construindo o Presente”.

Lobão exige medidas do poder público para salvar Rio Itapecuru

Vazão caiu em dez anos de 200 metros para 140 metros cúbicos por segundo, adverte senador, que reivindica tratamento idêntico ao dispensado para o Rio São Francisco

Rio da integração maranhense, o Itapecuru pode estar prestes a ser condenado à morte se as agressões das quais vem sendo vítima há décadas não forem combatidas a tempo. O alerta foi feito pelo 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), que recordou em Plenário, na sexta-feira, “a beleza e a repercussão social, econômica e histórica” de um rio que, hoje, agoniza com a crescente degradação do meio ambiente.

“A vazão do Itapecuru, que há dez anos era de 200 metros cúbicos por segundo, caiu para 140 metros cúbicos por segundo”, informou. Com base em



Edison Lobão apela às autoridades para que evitem desmatamento e poluição do rio

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lobão revelou que a pesca predató-

ria, a urbanização desordenada, a destruição dos manguezais, o desmatamento contínuo das margens, o despejo de agrotóxicos, esgotos industrial e doméstico estão por trás da deterioração contínua do rio maranhense.

Diante da importância social e do potencial econômico, Edison Lobão reivindica para o Itapecuru tratamento idêntico ao dispensado pelo poder público para o São Francisco. Embora tenha comemorado a assinatura de um contrato de crédito externo pelo governo federal, no valor de US\$ 800 milhões, e a aprovação de um fundo de revitalização, ambos em prol do São Francisco, o senador pefelista espera que decisões como essas abram caminho para

a aplicação de recursos públicos ou internacionais na recuperação de outros cursos d'água importantes para o país, a exemplo do maranhense.

— Inconformado com o destino anunciado para o Itapecuru, apelo aos governos estadual e federal para que retomem a fiscalização contra o desmatamento e a poluição do rio — declarou, observando que não há via fluvial que suporte a intensidade e a continuidade das agressões descritas.

A expectativa de Lobão é reviver a época em que o rio, que corta o Parque Estadual Mirador, tinha 610 quilômetros de curso navegável e não se limitava, como hoje, a contribuir apenas com o abastecimento d'água da população.



Tião Viana afirma que criação de carreiras é a melhor solução para evitar desvio de recursos

Tião Viana pede carreiras de auditor de saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu ao governo federal, na sexta-feira, que reconheça e crie, o mais rapidamente possível, as carreiras de auditor da área de saúde e de sanitarista. Ele disse que esse é um pleito legítimo e antigo da Associação Nacional dos Auditores do Brasil, dos sanitaristas e de outros especialistas em saúde que apontam a criação de tais carreiras como a melhor solução para evitar o desvio de recursos do setor.

— Essa é uma dívida da administração pública federal que se arrasta há anos, pois o Ministério da Saúde não admite a necessidade de criação das carreiras, essenciais para a estruturação de um sistema de auditoria da saúde. Também o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão anterior havia prometido instituir as carreiras, mas não cumpriu — reclamou o senador, acentuando a necessidade de o governo criar mecanismos que possam contribuir para que os recursos da saúde sejam corretamente empregados.

Tião Viana afirmou que está mais confiante em uma solução, pois esteve reunido, em companhia de auditores e de outros parlamentares, com o atual ministro do Planejamento, Guilherme Dias, que, segundo contou, “demonstrou total sensibilidade e assumiu o compromisso de resolver o problema”.

CURSOS DE MEDICINA

O senador também cobrou do governo federal uma solução para os jovens brasileiros que decidem fazer cursos de Medicina no exterior, cursos que depois não são reconhecidos pelo Ministério da Educação. Segundo ele, estão nessa situação mais de oito mil brasileiros, sendo que cinco mil são da Região Amazônica e vão, em sua maioria, para uma faculdade da cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

Jucá parabeniza o Incra por manual do assentado

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sebastião Azevedo, pelo lançamento do *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária*. Pelo seu conteúdo e pela forma didá-



Romero Jucá diz que Brasil realiza “a maior reforma agrária do mundo”

tica com que aborda as questões que pretende esclarecer, o manual, segundo Jucá, poderá se tornar um instrumento muito útil para que os beneficiários da reforma agrária possam melhor exercer os seus direitos.

Jucá afirmou que está sendo realizada no Brasil “a maior reforma agrária do mundo”, lembrando que, de 1995 a outubro de 2001, mais de 540 mil famílias já foram assentadas. Dentro desse quadro, o senador ressaltou a importância do manual, que, entre outras questões, trata da criação dos projetos de assentamento, de suas fases iniciais de implementação, do processo de seleção das famílias, dos créditos concedidos aos assentados e da importância da gestão ambiental no projeto de as-

sentamento.

O senador informou que a publicação do manual dos assentados e assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária “foi motivada pela convicção de que o acesso à informação é um passo fundamental na construção da cidadania e é base indispensável para a convivência democrática”.

O manual, disse Jucá, pode servir aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária como referência e apoio necessários ao diálogo com os demais atores envolvidos no processo de executar uma reforma agrária de qualidade.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Incra, o Programa Nacional de Reforma Agrária, ressaltou Jucá, não é responsabilidade exclusiva do governo federal, e deve ser compartilhado com estados, municípios e a sociedade civil. O senador também ressaltou que o Incra já obteve cerca de 20 milhões de hectares de terra para serem destinados à reforma agrária.

Comissão discute venda de excedentes de alimentos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reúne-se amanhã para examinar 11 projetos de lei e um projeto de resolução do Senado Federal, entre os quais o que garante a comercialização, pelo governo, do excedente de alimentos dos produtores familiares.

De autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o projeto tramita em caráter terminativo e obriga o governo a dar preferência aos pequenos proprietários nas compras de produtos agrícolas que serão destinados aos programas de combate à fome e à distribuição de alimentos. Favorável ao projeto, o relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), acredita que sua aprovação servirá de estímulo para a fixação do homem no campo.

A comissão deve ainda examinar proposta do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE) estabelecendo o fornecimento de energia elétrica com tarifas diferenciadas para aqüicultura. O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), apóia o projeto por entender que a aqüicultura constitui uma atividade econômica importante, especialmente para os



Carlos Bezerra propõe que governo dê preferência aos pequenos proprietários

estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Ceará. O projeto também tramita em caráter terminativo.

A CAE também irá apreciar projeto de resolução do Senado Federal que obriga o presidente do Banco Central, ou diretor por ele indicado, a comparecer na primeira reunião da comissão que se seguir à última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). O relator, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou substitutivo que obriga o presidente do Banco Central a comparecer à comissão nas ocasiões asseguradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal — no final de março e setembro.

Lúdio: verticalização dá consistência aos partidos

Na opinião do senador de Mato Grosso do Sul, a decisão do TSE evita a dispersão partidária e veio apenas preencher uma lacuna deixada pelo Congresso ao não empreender a reforma eleitoral

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse na sexta-feira, em Plenário, que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), impondo a verticalização nas coligações partidárias, vai gerar maior ordenamento no processo eleitoral no Brasil. No entendimento do senador, com a decisão, o TSE criou condições para que se tenha maior eficiência na gestão partidária, evitando a dispersão no comando dos partidos.

Se as coligações partidárias em nível regional são feitas de forma dissociada das realizadas em nível nacional, os partidos acabam perdendo sua consistência – comentou Lúdio Coelho, para quem a decisão da Justiça



Lúdio adverte que país não deve afrouxar controle dos gastos públicos

Eleitoral veio apenas preencher lacuna deixada pelo Congresso ao não empreender a reforma eleitoral.

Lúdio Coelho também aprovei-

tou seu pronunciamento para criticar os parlamentares que fazem pressões para que o atual governo venha a gastar mais e endividar-se mais, ignorando a vulnerabilidade do país e a necessidade de controle dos gastos públicos. O senador disse que a situação de “quase ingovernabilidade” da Argentina e a de “verdadeiro caos” na Colômbia devem servir de alerta ao Brasil, para que o país seja cauteloso e mantenha uma posição austera no que diz respeito a gastos públicos.

– Precisamos consolidar nossa economia, garantir a continuidade da estabilidade monetária e ficar atentos permanentemente no que diz respeito ao nosso controle de gastos – assinalou.

Patrocínio votará contra PEC das coligações

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) anunciou na sexta-feira, em Plenário, que votará contra a proposta de emenda à Constituição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que garante autonomia aos partidos políticos para formar coligações nas eleições nacionais, estaduais e municipais.

A proposta foi apresentada por Cabral logo após a decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalizar as coligações partidárias, ou seja, de permitir coligações regionais apenas entre os partidos integrantes da

mesma coligação nacional.

– Fui a favor da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, apesar de sua extemporaneidade, porque não haverá mais bagunça política e partidária no Brasil – disse Patrocínio, durante a terceira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição, em primeiro turno.

O senador disse que dificilmente a proposta será aprovada em tempo de permitir a mudança das regras eleitorais neste ano. Além disso, observou, a Câmara não aprovou decreto legislativo que pretendia sus-

pendar a decisão do TSE.

Para Patrocínio, o Congresso Nacional deve dedicar-se, a partir de agora, à elaboração de um Código Eleitoral e Político. Somente com a aprovação desse código, previu, o país poderá contar com regras claras e duráveis para as eleições.

A proposta de Cabral prevê que os partidos terão liberdade para adotar, na forma da lei, “os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais em nível nacional, estadual ou municipal, sem obrigatoriedade de vinculação”.

Lindberg recorda luta por eleições no DF

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou, em discurso na sexta-feira, o início da luta pela representação política de Brasília, marcado por um comício em frente à Associação Comercial da cidade, no dia 23 de abril de 1981. Segundo o senador, a luta foi longa, pois somente com a Constituição de 1988 Brasília conquistou o direito de eleger o governador e os deputados distritais, bem como bancada de oito deputados federais e três senadores.

Lindberg disse que, ao lado do dia 21 de abril, que marca o aniversário da inauguração de Brasília, em 1960, por Juscelino

Kubitschek, o dia 23 de abril é igualmente importante.

– O comício precisou ser dissolvido às pressas, por ordem do comandante militar da cidade, que cercou a praça com tropa de choque de 300 policiais militares, mas a idéia estava lançada e prosperou até sua vitória plena – disse.

Segundo Lindberg, o comício do dia 23 de abril contou com a presença de todos os presiden-



Lindberg lembrou comício realizado no dia 23 de abril de 1981

tes dos partidos políticos à época, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Esses políticos emprestaram seu prestígio e renome à luta de Brasília por representação própria, durante a Constituinte.

– E fomos vitoriosos: hoje, Brasília possui governo e Poder Legislativo eleitos diretamente pelo povo.

Para Quintanilha, crise na Venezuela é um alerta

Ao comentar a tentativa frustrada de golpe de estado na Venezuela, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse que essa grave crise institucional é alerta para a fragilidade das democracias na América do Sul. O que ocorreu na Venezuela, afirmou, reforça o sentimento de que é essencial a consolidação da democracia no continente, “pois os regimes de força não podem mais ter espaço”.

Quintanilha ressaltou que, contrapondo-se à situação de golpe militar na Venezuela, o Brasil deu grande exemplo de amadurecimento democrático no episódio do *impeachment* do presidente Fernando Collor, que transcorreu em clima de tranqüilidade.

Sobre notícia divulgada pela imprensa de que os Estados Unidos teriam apoiado os golpistas, o parlamentar disse que há indícios da



Quintanilha considera essencial a consolidação da democracia no continente

participação americana, uma vez que a Casa Branca admitiu que alguns dos seus funcionários tiveram encontros com golpistas venezuelanos.

Quintanilha citou a participação dos Estados Unidos para a derrubada de outros governos da América Latina, como os de Salvador Allende, no

Chile, e de João Goulart, no Brasil. Esses fatos, afirmou, reforçam as suspeitas de que os EUA tenham tido participação no episódio venezuelano. Se comprovadas, acrescentou, a postura norte-americana deve ser repudiada por todos aqueles que têm compromisso com a democracia e com o estado de direito.

– A solução das questões internas da Venezuela é de sua exclusiva responsabilidade. As outras nações cabe apoiar e trabalhar pela consolidação da democracia no continente.

Mauro saúda bancada goiana por aprovação de empréstimo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) parabenizou a bancada de Goiás por ter conseguido a aprovação do Senado a empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 65 milhões. Esses recursos, afirmou, serão des-



Mauro: “O interesse da população goiana prevalece”

tinados ao desenvolvimento rodoviário e dos transportes de Goiás.

– Na verdade, é necessário reconhecer que, se não fosse pelo empenho da representação da sociedade goiana no Senado, o governo de Goiás estaria ainda a ver navios, em busca de explicações evasivas para prováveis protelações – disse.

O parlamentar frisou que, independentemente das divergências políticas e partidárias, o interesse da população goiana prevalece. De acordo com Mauro, seu trabalho, em conjunto com os senadores Maguito Vilela e Iris Rezendes (ambos do PMDB), reuniu capacidade política para viabilizar a contratação da operação externa.

– Tenho convicção de que os recursos oriundos desse banco internacional serão multiplicados em benefícios para Goiás, promovendo expansão da nossa produção e conduzindo outros investimentos para a agroindústria – finalizou.